

Índice

Abreviaturas e siglas	9
Introdução	11
I. SUCESSÃO POR CAUSA DA MORTE E PLANEAMENTO SUCESSÓRIO	17
1. O património e a sua transmissão por causa da morte	18
1.1. O problema sucessório	18
1.2. O sistema sucessório português	22
1.2.1. O direito fundamental à propriedade privada e o direito de dispor por morte	22
1.2.2. Características gerais do sistema sucessório português	26
1.3. Sucessão por causa da morte	26
1.4. Espécies de sucessão	28
2. Planeamento sucessório	29
2.1. Visão geral	29
2.2. Limites à autonomia privada na transmissão <i>mortis causa</i> do património	31
2.2.1. O princípio da autonomia privada no Direito Civil	31
2.2.2. Limites à autonomia privada no Direito patrimonial do casamento e no Direito das Sucessões	33
2.2.2.1. Regime de bens e sucessão legitimária	33
2.2.2.1.1. A imputação das liberalidades feitas pelo <i>de cuius</i>	35
2.2.2.1.2. O cômputo do valor das liberalidades feitas em vida para o cálculo do valor da legítima	36

2.2.2.1.3. A ação de redução das liberalidades inoficiosas	37
2.2.2.1.4. Intangibilidade da legítima	37
2.2.2.1.5. A proibição de o autor da sucessão designar os bens que vão compor a quota legitimária subjetiva do herdeiro legitimário ou de lhe impor encargos contra a sua vontade	39
2.2.2.1.6. A igualdade de princípio dos sucessores descendentes (imputação das liberalidades feitas em vida e colação)	39
2.2.2.1.7. Concretização das operações da partilha da herança na presença de herdeiros legitimários	40
2.2.2.2. Proibição de princípio dos pactos sucessórios	44
2.2.2.3. Proibição de fideicomissos e de cláusulas de inalienabilidade em segundo grau	45
2.2.2.4. Indisponibilidades relativas	46
II. PLANEAMENTO SUCESSÓRIO E LIBERALIDADES	49
1. Tipologia das liberalidades	50
1.1. Conceito de liberalidade	50
1.2. Confronto entre negócio gratuito, liberalidade e doação	52
1.3. Confronto entre testamento e doação	56
2. Testamento	58
2.1. Centralidade do testamento no Direito sucessório	58
2.2. Testamento e autonomia da vontade	59
2.3. O testamento como negócio singular	62
2.4. O testamento como negócio pessoal	63
2.5. Cláusulas acessórias	67

2.6. Cláusula fideicomissária	69	169
2.7. Testamentaria	74	
2.8. Escolha da lei aplicável à sucessão	78	
3. Doações	80	
3.1. Conceito de doação	80	
3.2. Especial relevância de algumas doações no contexto do planeamento sucessório	84	
3.3. Doação indireta	84	
3.4. Doação entre cônjuges	94	
3.5. Doação a nascituro já concebido ou ainda não concebido	96	
3.6. Partilha em vida	99	
III. PLANEAMENTO SUCESSÓRIO E NEGÓCIOS ALTERNATIVOS AO TESTAMENTO	103	
1. Questões gerais	104	
2. Negócios jurídicos <i>post mortem</i> e negócios jurídicos <i>mortis causa</i>	106	
3. Doação <i>mortis causa</i> e doação <i>si praemoriar</i>	107	
4. Negócios jurídicos <i>mortis causa</i> e negócios <i>trans mortem</i>	110	
5. Celebração de contratos e planeamento sucessório	112	
5.1. Contrato a favor de terceiro com prestação a realizar depois da morte do promissário	113	
5.2. Contrato de doação celebrado como alternativa ao testamento	115	
5.2.1. Acomodação de contratos de doação que realizam atribuições patrimoniais	115	
5.2.2. Doação com reserva de usufruto	118	

5.2.3. Doação com encargos	120
5.2.4. Doação com cláusula de reversão	123
5.2.5. Doação e reserva do direito de dispor de coisa determinada ou de certa quantia sobre os bens doados	124
5.2.6. Cláusulas de irresponsabilidade e de incomunicabilidade	125
5.3. Negócios com finalidade de prover ao sustento de terceiro ou de regular a administração dos bens atribuídos	126
5.4. Instituição de fundação de Direito privado por ato entre vivos	130
6. Contrato de sociedade e cláusulas relativas à transmissão de participações por morte	134
7. Depósitos bancários e transmissão do património	136
8. Contrato de seguro de vida em caso de morte	137
8.1. Enquadramento geral do seguro de vida em caso de morte	137
8.2. Pontos de contacto entre o seguro de vida em caso de morte e o Direito sucessório	139
8.3. A designação beneficiária	141
8.3.1. Determinação do beneficiário	141
8.3.2. Regras de interpretação da cláusula beneficiária	143
8.3.3. Regras interpretativas respeitantes à repartição do capital seguro no caso de pluralidade de beneficiários	144
8.4. Os beneficiários e o Direito das Sucessões e das liberalidades	146
8.4.1. Perda do direito do beneficiário	146
8.4.2. A prestação feita ao beneficiário como uma liberalidade indireta trans mortem no valor dos prémios pagos durante a vida do tomador	147

8.4.2.1. Aplicação da disciplina das indisponibilidades relativas	149	171
8.4.2.2. Aplicação da disciplina do divórcio quanto à perda de benefícios e dos regimes de bens de comunhão quanto às compensações devidas ao património comum	150	
8.5. Direitos de informação dos beneficiários dos seguros de vida e exercício dos respetivos direitos	150	
8.6. Seguros de vida e planeamento sucessório	151	
Epílogo	155	
Bibliografia	159	